

STJ00096265

JOÃO MIGUEL GALHARDO COELHO
Advogado

USO E PORTE DE ARMA

Legislação e Jurisprudência
sobre Armas e Munições

2.^a Edição
Actualizada e Aumentada


ALMEDINA

USO E PORTE DE ARMA – 2.ª Edição

AUTOR

JOÃO MIGUEL GALHARDO COELHO

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Avenida Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar

3000-174 Coimbra

Tel: 239 851 904

Fax: 239 851 901

www.almedina.net

editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO • IMPRESSÃO • ACABAMENTO

G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira – Assafarge

3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Março, 2007

DEPÓSITO LEGAL

256190/07

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo,
sem prévia autorização escrita do Editor,
é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

938858

ÍNDICE GERAL

<i>Prefácio à 2.^a edição</i>	5
---	---

Parte I

NOVO REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES

Breve Introdução	11
Proposta de Lei n.º 28/X – Exposição de Motivos	19
Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro (Novo Regime Jurídico das Armas e suas Munições)	37
Capítulo I – Disposições gerais	37
Capítulo II – Licenças para uso e porte de armas ou sua detenção	55
Capítulo III – Aquisição de armas e munições	64
Capítulo IV – Normas de conduta de portadores de armas ...	69
Capítulo V – Armeiros	74
Capítulo VI – Carreiras e campos de tiro	79
Capítulo VII – Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo	81
Capítulo VIII – Manifesto	89
Capítulo IX – Disposições comuns	90
Capítulo X – Responsabilidade criminal e contra-ordenacional ..	95
Capítulo XI – Disposições transitórias e finais	111
Anexo – Lista de munições obsoletas	117

Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto (Estabelece o Regime Especial de Aquisição, Detenção, Uso e Porte de Armas de Fogo e suas Munições e Acessórios destinadas a Práticas Desportivas e de Coleccionismo Histórico-Cultural)	127
Capítulo I – Disposições gerais e comuns	127
Capítulo II – Tiro desportivo	131
Capítulo III – Coleccionismo de armas de fogo e suas munições ..	144
Capítulo IV – Responsabilidade criminal e contra-ordenacional ...	150
Capítulo V – Disposições finais e transitórias	152
Lei n.º 41/2006, de 25 de Agosto (Estabelece os Termos e as Condições de Instalação em Território Nacional de Bancos de Provas de Armas de Fogo e suas Munições, desde que de Uso Civil)	157
Portaria n.º 931/2006, de 8 de Setembro (Estabelece os modelos de licenças, alvarás, certificados e outras autorizações a emitir pela Polícia de Segurança Pública)	163
Portaria n.º 932/2006, de 8 de Setembro (Aprova o Regulamento da Credenciação de Entidades Formadoras e dos Cursos de Formação Técnica e Cívica para Portadores de Armas de Fogo e para o Exercício da Actividade de Armeiro)	167
Portaria n.º 933/2006, de 8 de Setembro (Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico, Reparação, Comércio e Guarda de Armas)	189
Portaria n.º 934/2006, de 8 de Setembro (Aprova o Regulamento de Taxas)	205
Portaria n.º 1071/2006, de 2 de Outubro (Procede à definição do Capital Mínimo do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil a celebrar pelos Titulares de Licenças e Alvarás previstos na Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro)	217

Decreto Regulamentar n.º 19/2006, de 25 de Outubro (Define as regras aplicáveis ao Licenciamento e Concessão de Alvarás para Exploração e Gestão de Carreiras e Campos de Tiro e aprova o Regulamento Técnico e de Funcionamento e Segurança das Carreiras e Campos de Tiro)	219
Despacho n.º 17263/2006, do Ministro da Administração Interna (Manifesto Voluntário e Detenção Domiciliária Provisória) ...	239

Parte II

COMPETÊNCIAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA RELATIVAS A ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública)	245
Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana)	251
Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro (Lei Orgânica da Polícia Judiciária)	253

Parte III

CONVENÇÃO EUROPEIA SOBRE O CONTROLO DA AQUISIÇÃO E DA DETENÇÃO DE ARMAS DE FOGO POR PARTICULARES

Convenção Europeia sobre o Controlo da Aquisição e da Detenção de Armas de Fogo por Particulares (Estrasburgo, 28/6/1978) ...	257
---	-----

Parte IV

REGULAMENTAÇÃO COMUNITÁRIA

Directiva n.º 91/477/CEE do Conselho, de 18-6-1991, Relativa ao Controlo da Aquisição e da Detenção de Armas	271
Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns (Schengen, 19/6/1990)	287

Parte V

**PROTOCOLO ADICIONAL
À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA
A CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL,
CONTRA O FABRICO E O TRÁFICO ILÍCITOS
DE ARMAS DE FOGO, DAS SUAS PARTES,
COMPONENTES E MUNIÇÕES**

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, contra o Fabrico e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, das suas Partes, Componentes e Munições (Nações Unidas, 31/5/2001)	297
---	-----

Parte VI

ARMAS DE USO RESERVADO

Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro (Novo Regime Jurídico das Armas e suas Munições)	317
Lei n.º 21/85, de 30 de Julho (Estatuto dos Magistrados Judiciais)	321
Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro (Estatuto do Ministério Público).....	323
Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto (Estatuto dos Funcionários de Justiça).....	325

Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho (Estatuto dos Militares das Forças Armadas)	327
Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana)	329
Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho (Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana)	331
Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro (Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública)	333
Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro (Lei Orgânica da Polícia Judiciária)	335
Portaria n.º 864/2002, de 22 de Julho (Regulamenta o Tipo de Calibre das Armas a utilizar pelos funcionários da Polícia Judiciária)	337
Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro (Estrutura Orgânica e Atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).....	339
Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro (Estatuto do Pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).....	341
Despacho Conjunto n.º 201/2006, dos Ministros da Administração Interna e da Defesa Nacional (Determina o tipo e calibre das armas de fogo a cujo uso e porte têm direito os funcionários de diversas categorias profissionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)	343
Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de Setembro (Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima).....	345
Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho (Lei Orgânica do Serviço de Informações de Segurança)	347

Decreto-Lei n.º 174/93, de 12 de Maio (Estatuto dos Guardas Prisionais)	349
Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio (Revisão da Lei Quadro que define o regime e forma de criação das Polícias Municipais).....	351
Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro (Regime jurídico do exercício da actividade de Segurança Privada)	353

Parte VII

UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL

Constituição da República Portuguesa	357
Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro (Regime de Utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança)	359
Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 28 de Fevereiro (Regista a adopção, pelos agentes da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, do Código Deontológico do Serviço Policial)	367
Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana)	371
Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho (Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana).....	373
Lei n.º 145/99, de 1 de Setembro (Aprova o Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana).....	375
Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública)	379

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro (Lei Orgânica da Polícia Judiciária)	381
Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro (Estrutura Orgânica e Atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)	383
Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio (Revisão da Lei Quadro que define o regime e forma de criação das Polícias Municipais)	385

Parte VIII

SUMÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA

1 – Acórdãos de Fixação de Jurisprudência	391
2 – Acórdãos de Tribunais Superiores	393
Arma não operacional	393
Arma proibida	393
Armas apreendidas	395
Concurso de crimes	395
Consumção de crimes	396
Crime de perigo comum	396
Detenção, uso e porte de arma por agentes das forças de segurança	397
Entrega voluntária de armas e munições proibidas	398
Perda da arma a favor do Estado	398